



JUCESP PROTOCOLO  
0.779.810/17-0



**54ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
VERTIV TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.**

CNPJ/MF nº 03.698.870/0008-40  
NIRE 35.216.180.685

Sorocaba, 31 de Julho de 2017.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo:

1. **CHLORIDE GROUP LIMITED**, uma sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Inglaterra e do País de Gales, com sede em 3rd floor, Accurist House, 44 Baker Street, Londres, W1U 7AL, Inglaterra, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.403/0001-70, neste ato representada por seus procuradores, Sr. **Vinicius Machado**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 47.227.919-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 404.702.858-42, residente e domiciliado na Rua Plínio de Almeida, 381, apto. 31, CEP 18016-362, no município de Sorocaba, estado de São Paulo, e Sr. **Rafael de Oliveira Garrido**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 21.482.369-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 270.253.878-94, residente e domiciliado na Rua Fernandes Moreira, nº 1550, apto. 41-B, Bairro Chácara Santo Antônio, CEP 04.716-003, no município de São Paulo, estado de São Paulo; e

2. **VERTIV HOLDINGS LIMITED**, uma sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Inglaterra e do País de Gales, com sede 3rd floor, Accurist House, 44 Baker Street, Londres, W1U 7AL, Inglaterra, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.256.175/0001-22, neste ato representada por seus procuradores, Sr. **Vinicius Machado** e Sr. **Rafael de Oliveira Garrido**, acima qualificados,

únicas sócias da sociedade empresária limitada **VERTIV TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.** ("Sociedade"), com sede na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Hollingsworth, 325, Parte B, Iporanga, CEP 18087-105, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.698.870/0008-40, com Contrato Social arquivado na JUCESP sob NIRE 35.216.180.685, em sessão de 14 de março de 2000, e 53ª e última alteração contratual, datada em 30 de maio de 2017, registrada perante a JUCESP sob o n. 253.744/17-9, em sessão de 14 de junho de 2017, tem entre si justo e contratado, de mútuo e comum acordo, alterar o Contrato Social da Sociedade, conforme segue:

I. As sócias decidem alterar a denominação social da sócia **GREAT RIVER HOLDING LIMITED** para **VERTIV HOLDINGS LIMITED**, nos termos do documento anexo n. 09837733.



II. Por fim, decidem as sócias consolidar o texto do Contrato Social da Sociedade, o qual, já refletindo a alteração acima, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CONTRATO SOCIAL DE VERTIV TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.**

**DENOMINAÇÃO**

**Cláusula 1ª** - A Sociedade denomina-se VERTIV TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.

**OBJETO SOCIAL**

**Cláusula 2ª** - A Sociedade tem por objeto social:

- (a) fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios (CNAE 26.31-1/00);
- (b) fabricação de estruturas metálicas (CNAE 2511.0/00)
- (c) fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica (CNAE 2731.7/00);
- (d) fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente (CNAE 2790.2/99);
- (e) comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças (CNAE 4669.9/99);
- (f) reprodução de software em qualquer suporte (CNAE 1830-0/03);
- (g) serviços de engenharia (CNAE 7112-0/00);
- (h) testes e análises técnicas (CNAE 7120-1/00);
- (i) manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle (CNAE 3312-1/02);
- (j) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda móveis (CNAE 5211-7/99);
- (k) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador (CNAE 7739-0/99);
- (l) serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia (CNAE 7119-7/03);
- (m) instalação de máquinas e equipamentos industriais (CNAE 3321.0/00);
- (n) comércio atacadista de equipamentos de informática (CNAE 4651.6/01);
- (o) consultoria em tecnologia da informação (CNAE 6204.0/00);
- (p) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (CNAE 6209.1/00);
- (q) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (CNAE 9511.8/00);
- (r) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (CNAE 8599.6/04);
- (s) manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente (CNAE 3314.7/99);
- (t) serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 8211.3/00); e



(u) holding de instituições não financeiras (CNAE 6462.0/00).

#### SEDE E DOMICÍLIO LEGAL

**Cláusula 3ª** - A Sociedade tem sua sede e domicílio legal na Avenida Hollingsworth, 325, Parte B, Iporanga, CEP 18087-105, na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.698.870/0008-40. A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do Brasil, mediante decisão das sócias representando a maioria do capital social.

**Parágrafo Único** - A Sociedade possui uma filial localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.633, Conjunto 41, CEP 04.578-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.698.870/0006-89 e NIRE 35.903.752.084. A filial desenvolverá unicamente as atividades de (i) instalação de máquinas e equipamentos industriais (CNAE 3321.0/00); (ii) reprodução de software em qualquer suporte (CNAE 1830-0/03); (iii) serviços de engenharia (CNAE 7112-0/00); (iv) testes e análises técnicas (CNAE 7120-1/00); (v) manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle (CNAE 3312-1/02); (vi) serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia (CNAE 7119-7/03); (vii) consultoria em tecnologia da informação (CNAE 6204.0/00); (viii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (CNAE 6209.1/00); (ix) serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 8211.3/00); (x) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (CNAE 9511.8/00); (xi) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (CNAE 8599.6/04); e (xii) manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente (CNAE 3314.7/99).

#### DURAÇÃO

**Cláusula 4ª** - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

#### CAPITAL

**Cláusula 5ª** - O capital social é de R\$ 218.702.606,50 (duzentos e dezoito milhões, setecentos e dois mil, seiscentos e seis reais e cinquenta centavos de real), totalmente integralizado, dividido em (i) 125.475.397 (cento e vinte e cinco milhões, quatrocentas e setenta e cinco mil, trezentas e noventa e sete) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, das quais 85.927.843 (oitenta e cinco milhões, novecentas e vinte e sete mil, oitocentas e quarenta e três) quotas de Classe A e 39.547.554 (trinta e nove milhões, quinhentas e quarenta e sete mil, quinhentas e cinquenta e quatro) quotas de Classe B, e (ii) 372.908.838 (trezentos e setenta e dois milhões, novecentas e oito mil, oitocentas e trinta e oito) quotas, no valor nominal de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos de real) cada. As quotas são distribuídas entre as sócias da seguinte forma:

- (a) **CHLORIDE GROUP LIMITED**, detém (i) 125.475.396 (cento e vinte e cinco milhões, quatrocentas e setenta e cinco mil, trezentas e noventa e seis) quotas com valor nominal de



R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 125.475.396,00 (cento e vinte e cinco milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e noventa e seis reais), sendo 85.927.842 (oitenta e cinco milhões, novecentas e vinte e sete mil, oitocentas e quarenta e duas) quotas de Classe A e 39.547.554 (trinta e nove milhões, quinhentas e quarenta e sete mil, quinhentas e cinquenta e quatro) quotas de Classe B, e (ii) 372.908.838 (trezentos e setenta e dois milhões, novecentas e oito mil, oitocentas e trinta e oito) quotas, com valor nominal de R\$0,25 (vinte e cinco centavos de real) cada, no valor total de R\$ 93.227.209,50 (noventa e três milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e nove reais e cinquenta centavos de real). O saldo de R\$1,18 (um real e dezoito centavos de real) permanecerá em reserva para futuro aproveitamento pela sócia; e

- (b) GREAT RIVER HOLDING LIMITED detém 1 (uma) quota Classe A, no valor nominal total de R\$ 1,00 (um real)."

Parágrafo Único - De acordo com o Artigo 1.052 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor total de suas quotas, sendo solidária com relação à integralização total do capital social.

#### AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 6ª - O capital social, desde que totalmente integralizado, poderá ser aumentado pelas sócias.

Cláusula 7ª - O aumento de capital deverá ser deliberado em reunião de sócias, em que: (a) serão definidos os termos e condições do aumento de capital; (b) será fixado o prazo de até 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência; e (c) será convocada a reunião de sócias para aprovar a correspondente alteração do Contrato Social, a menos que a totalidade das sócias se pronuncie, nesse momento, com relação ao seu direito de preferência para subscrever novas quotas no correspondente aumento de capital. Nesta última hipótese, a alteração do Contrato Social será aprovada no mesmo ato.

Parágrafo Único - A reunião de sócias mencionada no item (c) acima será dispensada caso a totalidade das sócias assine a correspondente alteração do Contrato Social.

#### ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 8ª - A Sociedade será administrada por uma ou mais pessoas físicas, residentes no Brasil, sócias ou não, sendo um o Diretor Presidente, um o Diretor Geral e os demais Diretores sem designação específica. Os Diretores serão designados pelas sócias conforme disposto no Parágrafo 1º desta Cláusula e estarão investidos de amplos poderes para administrar a Sociedade, bem como para praticar atos em seu nome, inclusive para usar a denominação social nos termos da lei, constituir procuradores na forma prevista abaixo e representá-la em todas e quaisquer circunstâncias, observadas as restrições abaixo.





**Parágrafo 1º** - Os Diretores serão designados pelas sócias representando 2/3 (dois terços) do capital social, se as quotas representativas deste estiverem totalmente integralizadas. Caso as quotas representativas do capital social estiverem parcialmente integralizadas, a designação dos Diretores será realizada mediante aprovação unânime das sócias.

**Parágrafo 2º** - Para gerir e administrar a Sociedade, observadas as restrições previstas abaixo, as sócias neste ato ratificam a designação para o cargo de Diretor Presidente o Sr. Rafael de Oliveira Garrido, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da cédula de identidade RG nº 21.482.369-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 270.253.878-94, residente e domiciliado na Rua Fernandes Moreira, nº 1550, Bairro Chácara Santo Antônio, CEP 04.716-003, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Hollingsworth, Iporanga, nº 325, CEP 18087-105, na Cidade de Sorocaba, no Estado de São Paulo. Os cargos de Diretor Geral e Diretor sem designação específica permanecerão vagos.

**Parágrafo 3º** - Os Diretores não poderão praticar quaisquer dos seguintes atos sem a prévia autorização, por escrito, de sócias representando a maioria do capital social, autorização esta que poderá ser comprovada através de carta, fax ou e-mail:

- (i) nomear procuradores especiais para representar a Sociedade na prática dos atos ou atividades a seguir relacionadas por um período superior a 12 (doze) meses. As procurações para fins judiciais poderão ter prazo indeterminado e poderão ser outorgadas sem o consentimento das sócias.
- (ii) engajar-se em novos negócios não relacionados com as atividades existentes da Sociedade;
- (iii) abrir novas instalações operacionais, filiais ou outras que não sejam pontos de venda no mercado nacional;
- (iv) vender, onerar, ou adquirir participação em outros negócios ou sociedades, seja uma sociedade anônima, sociedade limitada, propriedade individual, ou outro empreendimento;
- (v) prestar garantias em empréstimos ou em outras obrigações de qualquer terceiro, seja pessoa física ou jurídica;
- (vi) emitir ou resgatar títulos da Sociedade;
- (vii) emprestar dinheiro (exceto à clientela da Sociedade no curso normal dos negócios), tomar dinheiro emprestado (exceto empréstimos junto às empresas do Grupo ou empréstimos garantidos por estas junto às Instituições Financeiras) ou alienar, emitir ou de outro modo negociar os títulos de dívida da Sociedade;
- (viii) comprar, vender, hipotecar ou de outro modo dispor ou onerar quaisquer bens da Sociedade com valor de mercado superior ao equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$50.000,00 (cinquenta mil Dólares dos Estados Unidos da América);
- (ix) assinar ou aditar quaisquer contratos de trabalho nos quais a remuneração total, incluindo todos os pagamentos devidos a título de bônus ou outros, mencionados no contrato ou não, seja superior ao equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$100.000,00 (cem mil Dólares dos Estados Unidos da América);



- (x) assinar quaisquer contratos ou acordos (inclusive contratos de locação, contratos de distribuição, contratos imobiliários, etc.), com valores superiores ao equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$50.000,00 (cinquenta mil Dólares dos Estados Unidos da América) ou com prazo de duração igual ou superior a 1 (um) ano. Esta regra não se aplica aos contratos de venda de produtos, bem como àqueles relacionados e necessários para execução desses contratos; e
- (xi) licenciar o uso ou de qualquer outro modo divulgar de qualquer forma a tecnologia, dados técnicos, "know-how" ou outras informações confidenciais, patenteadas ou não, conhecidas pela Sociedade.

**Parágrafo 4º** - Os Diretores poderão constituir procuradores com poderes específicos para a prática de atos que não os enumerados no Parágrafo 3º acima sem a necessidade de autorização prévia, desde que as procurações sejam outorgadas por períodos iguais ou inferiores a um ano. Procurações para fins judiciais poderão ter prazo indeterminado.

**Parágrafo 5º** - Todos os atos praticados pelos Diretores, para serem válidos e vincularem a Sociedade, deverão ser praticados: (i) isoladamente pelo Diretor Presidente; (ii) isoladamente pelo Diretor Geral; (iii) por 2 (dois) Diretores sem designação específica agindo em conjunto; (iv) por um Diretor sem designação específica agindo em conjunto com um procurador com poderes específicos; (v) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos; ou (vi) por um procurador, individualmente, somente na extensão dos poderes contidos no instrumento de mandato, ressalvado, entretanto, que tal representação se restringirá a prática de atos de rotina perante Repartições Privadas e Públicas, sejam Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, Órgãos da Administração Direta e Indireta, Secretaria da Fazenda, Secretarias dos Estados e dos Municípios, Departamentos, Representações, Carteira de Comércio Exterior, Ministério das Comunicações, da Fazenda, do Trabalho e respectivas Secretarias, Juntas Comerciais, em todo o Território Nacional, Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, qualquer Empresa Concessionária de Água, Luz, Gás, Telefone, TV a Cabo e Internet, Cartórios em geral, inclusive Tabeliães de Notas e Registro de Imóveis, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Conselhos Regionais de Engenharia, bem como a prática de todos os atos necessários para a participação da Sociedade em licitações públicas, não podendo, entretanto, assinar qualquer contrato em nome da Sociedade.

#### REUNIÃO DE SÓCIAS

**Cláusula 9ª** - As deliberações das sócias serão tomadas em reunião, obedecendo às regras de convocação e *quorum* dispostas neste capítulo.

**Parágrafo Único** - A reunião será dispensada quando todas as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto de deliberação.

**Cláusula 10** - As seguintes matérias dependem da deliberação das sócias:



- I - a aprovação anual das contas da administração;
- II - a destituição e a forma de remuneração dos Diretores;
- III - a alteração do Contrato Social;
- IV - a incorporação, cisão, fusão, transformação e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- V - a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; e
- VI - a recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade, e o pedido de falência.

Parágrafo Único – As sócias decidirão, oportunamente, sobre a conveniência de realizar a reunião anual de sócias para tratar dos assuntos indicados no Artigo 1.078 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula 11 - As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas por um Diretor ou por sócias representando no mínimo 1/5 (um quinto) do capital social.

Parágrafo 1º - A convocação para a reunião de sócias será feita por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 2º - As formalidades de convocação serão dispensadas quando todas as sócias comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Cláusula 12 - A reunião será instalada com a presença de sócias representando a maioria do capital social.

Cláusula 13 - As deliberações das sócias serão tomadas pela maioria dos votos das sócias presentes na reunião, exceto com relação ao disposto na Cláusula 8ª, parágrafo 1º acima e nos casos previstos abaixo:

- I - nos casos previstos nos itens III e IV da Cláusula 10 acima, quando serão necessários votos correspondentes, no mínimo, a 3/4 (três quartos) do capital social; e
- II - nos casos previstos nos incisos II, e VI da Cláusula 10 acima, quando serão necessários votos correspondentes a mais de metade do capital social.

Parágrafo Único - As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todas as sócias, ainda que ausentes ou dissidentes.

#### CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cláusula 14 – As sócias poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a sócia ou terceiro estranho à Sociedade, desde que não haja oposição de sócias representando mais de 1/4 (um quarto) do capital social. As sócias



que concordarem com a cessão e/ou transferência deverão assinar todos os documentos necessários à comprovação da cessão e/ou transferência das quotas, inclusive a alteração do presente Contrato Social.

**Cláusula 15** - Não obstante o disposto na Cláusula 14 acima, as quotas representativas do capital social somente poderão ser cedidas e/ou transferidas a terceiros após terem sido oferecidas às outras sócias, que terão o direito de preferência na aquisição das referidas quotas, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do aviso por escrito da sócia disposta a ceder e/ou transferir suas quotas. Decorrido este prazo sem o exercício do direito de preferência acima, a sócia disposta a ceder e/ou transferir suas quotas poderá fazê-lo a terceiros, desde que nos mesmos termos e nas mesmas condições oferecidas às outras sócias.

#### EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO

**Cláusula 16** - O exercício social, inclusive no ano de 2017, passa a ter início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de Dezembro. Os próximos exercícios sociais terão início no dia 1º de Janeiro e encerrar-se-ão em 31 de Dezembro. Data a partir da qual deverão ser levantados o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico. Os lucros apurados terão o destino que lhes for atribuído pelas sócias representando a maioria do capital social.

**Parágrafo 1º** - As sócias representando a maioria do capital social poderão deliberar pelo levantamento de balanços intermediários a qualquer tempo e distribuir lucros com base neles.

#### CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

**Cláusula 17** - Na hipótese de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação, retirada ou exclusão de qualquer sócia, as demais sócias terão o direito de preferência na aquisição das quotas da sócia falida, em recuperação judicial ou extrajudicial, dissolvida, liquidada, retirante ou excluída, podendo a Sociedade continuar seus negócios. O direito de preferência será exercido nos termos e condições previstas na Cláusula 15 acima.

#### LIQUIDAÇÃO

**Cláusula 18** - No caso de liquidação, serão observadas as disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo Único** - Durante a fase de liquidação, o liquidante poderá gravar de ônus reais os móveis e imóveis, contrair empréstimos e prosseguir nos negócios da Sociedade.

LEI APLICÁVEL



**Cláusula 19** - A Sociedade será regida pelas disposições da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 aplicáveis às sociedades empresárias limitadas e, supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores.

**FORO**

**Cláusula 20** - As controvérsias oriundas do presente Contrato Social serão resolvidas no foro da Comarca da Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja."

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 3 (três) vias de igual teor.

Sorocaba, 31 de Julho de 2017.

**CHLORIDE GROUP LIMITED**

  
p.p. Vinicius Machado

  
p.p. Rafael de Oliveira Garrido

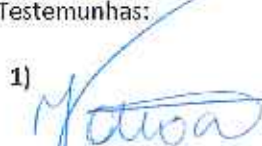
**VERTIV HOLDINGS LIMITED**

  
p.p. Vinicius Machado


  
p.p. Rafael de Oliveira Garrido

Testemunhas:

1)

  
Nome: **Marilia Gonçalves**  
CPF: **048.537.289-45**  
RG

2)

  
Nome: **Alexandre Rafael Oliveira Neves**  
CPF: **356.726.208-41**  
RG: **43.774.749-9**





**54ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
VERTIV TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.**

CNPJ/MF nº 03.698.870/0008-40

NIRE 35.216.180.685

Sorocaba, 31 de Julho de 2017.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo:

1. **CHLORIDE GROUP LIMITED**, uma sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Inglaterra e do País de Gales, com sede em 3rd floor, Accurist House, 44 Baker Street, Londres, W1U 7AL, Inglaterra, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.403/0001-70, neste ato representada por seus procuradores, Sr. Vinicius Machado, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 47.227.919-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 404.702.858-42, residente e domiciliado na Rua Plínio de Almeida, 381, apto. 31, CEP 18016-362, no município de Sorocaba, estado de São Paulo, e Sr. Rafael de Oliveira Garrido, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 21.482.369-6 SSP/SP é inscrito no CPF/MF sob o nº 270.253.878-94, residente e domiciliado na Rua Fernandes Moreira, nº 1550, apto. 41-B, Bairro Chácara Santo Antônio, CEP 04.716-003, no município de São Paulo, estado de São Paulo; e

2. **VERTIV HOLDINGS LIMITED**, uma sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Inglaterra e do País de Gales, com sede 3rd floor, Accurist House, 44 Baker Street, Londres, W1U 7AL, Inglaterra, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.256.175/0001-22, neste ato representada por seus procuradores, Sr. Vinicius Machado e Sr. Rafael de Oliveira Garrido, acima qualificados,

únicas sócias da sociedade empresária limitada **VERTIV TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.** ("Sociedade"), com sede na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Hollingsworth, 325, Parte B, Iporanga, CEP 18087-105, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.698.870/0008-40, com Contrato Social arquivado na JUCESP sob NIRE 35.216.180.685, em sessão de 14 de março de 2000, e 53ª e última alteração contratual, datada em 30 de maio de 2017, registrada perante a JUCESP sob o n. 253.744/17-9, em sessão de 14 de junho de 2017, tem entre si justo e contratado, de mútuo e comum acordo, alterar o Contrato Social da Sociedade, conforme segue:

I. As sócias decidem alterar a denominação social da sócia **GREAT RIVER HOLDING LIMITED** para **VERTIV HOLDINGS LIMITED**, nos termos do documento anexo n. 09837733.





II. Por fim, decidem as sócias consolidar o texto do Contrato Social da Sociedade, o qual, já refletindo a alteração acima, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CONTRATO SOCIAL DE VERTIV TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.**

**DENOMINAÇÃO**

**Cláusula 1ª** - A Sociedade denomina-se VERTIV TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.

**OBJETO SOCIAL**

**Cláusula 2ª** - A Sociedade tem por objeto social:

- (a) fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios (CNAE 26.31-1/00);
- (b) fabricação de estruturas metálicas (CNAE 2511.0/00)
- (c) fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica (CNAE 2731.7/00);
- (d) fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente (CNAE 2790.2/99);
- (e) comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças (CNAE 4669.9/99);
- (f) reprodução de software em qualquer suporte (CNAE 1830-0/03);
- (g) serviços de engenharia (CNAE 7112-0/00);
- (h) testes e análises técnicas (CNAE 7120-1/00);
- (i) manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle (CNAE 3312-1/02);
- (j) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda móveis (CNAE 5211-7/99);
- (k) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador (CNAE 7739-0/99);
- (l) serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia (CNAE 7119-7/03);
- (m) instalação de máquinas e equipamentos industriais (CNAE 3321.0/00);
- (n) comércio atacadista de equipamentos de informática (CNAE 4651.6/01);
- (o) consultoria em tecnologia da informação (CNAE 6204.0/00);
- (p) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (CNAE 6209.1/00);
- (q) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (CNAE 9511.8/00);
- (r) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (CNAE 8599.6/04);
- (s) manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente (CNAE 3314.7/99);
- (t) serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 8211.3/00); e



(u) holding de instituições não financeiras (CNAE 6462.0/00).

#### SEDE E DOMICÍLIO LEGAL

**Cláusula 3ª** - A Sociedade tem sua sede e domicílio legal na Avenida Hollingsworth, 325, Parte B, Iporanga, CEP 18087-105, na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.698.870/0008-40. A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do Brasil, mediante decisão das sócias representando a maioria do capital social.

**Parágrafo Único** - A Sociedade possui uma filial localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.633, Conjunto 41, CEP 04.578-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.698.870/0006-89 e NIRE 35.903.752.084. A filial desenvolverá unicamente as atividades de (i) instalação de máquinas e equipamentos industriais (CNAE 3321.0/00); (ii) reprodução de software em qualquer suporte (CNAE 1830-0/03); (iii) serviços de engenharia (CNAE 7112-0/00); (iv) testes e análises técnicas (CNAE 7120-1/00); (v) manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle (CNAE 3312-1/02); (vi) serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia (CNAE 7119-7/03); (vii) consultoria em tecnologia da informação (CNAE 6204.0/00); (viii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (CNAE 6209.1/00); (ix) serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 8211.3/00); (x) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (CNAE 9511.8/00); (xi) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (CNAE 8599.6/04); e (xii) manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente (CNAE 3314.7/99).

#### DURAÇÃO

**Cláusula 4ª** - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

#### CAPITAL

**Cláusula 5ª** - O capital social é de R\$ 218.702.606,50 (duzentos e dezoto milhões, setecentos e dois mil, seiscentos e seis reais e cinquenta centavos de real), totalmente integralizado, dividido em (i) 125.475.397 (cento e vinte e cinco milhões, quatrocentas e setenta e cinco mil, trezentas e noventa e sete) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, das quais 85.927.843 (oitenta e cinco milhões, novecentas e vinte e sete mil, oitocentas e quarenta e três) quotas de Classe A e 39.547.554 (trinta e nove milhões, quinhentas e quarenta e sete mil, quinhentas e cinquenta e quatro) quotas de Classe B, e (ii) 372.908.838 (trezentos e setenta e dois milhões, novecentas e oito mil, oitocentas e trinta e oito) quotas, no valor nominal de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos de real) cada. As quotas são distribuídas entre as sócias da seguinte forma:

- (a) **CHLORIDE GROUP LIMITED**, detém (i) 125.475.396 (cento e vinte e cinco milhões, quatrocentas e setenta e cinco mil, trezentas e noventa e seis) quotas com valor nominal de



R\$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R\$ 125.475.396,00 (cento e vinte e cinco milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e noventa e seis reais), sendo 85.927.842 (oitenta e cinco milhões, novecentas e vinte e sete mil, oitocentas e quarenta e duas) quotas de Classe A e 39.547.554 (trinta e nove milhões, quinhentas e quarenta e sete mil, quinhentas e cinquenta e quatro) quotas de Classe B, e (ii) 372.908.838 (trezentos e setenta e dois milhões, novecentas e oito mil, oitocentas e trinta e oito) quotas, com valor nominal de R\$0,25 (vinte e cinco centavos de real) cada, no valor total de R\$ 93.227.209,50 (noventa e três milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e nove reais e cinquenta centavos de real). O saldo de R\$1,18 (um real e dezoito centavos de real) permanecerá em reserva para futuro aproveitamento pelo sócia; e

- (b) GREAT RIVER HOLDING LIMITED detém 1 (uma) quota Classe A, no valor nominal total de R\$ 1,00 (um real)."

**Parágrafo Único** - De acordo com o Artigo 1.052 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor total de suas quotas, sendo solidária com relação à integralização total do capital social.

#### AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

**Cláusula 6ª** - O capital social, desde que totalmente integralizado, poderá ser aumentado pelas sócias.

**Cláusula 7ª** - O aumento de capital deverá ser deliberado em reunião de sócias, em que: (a) serão definidos os termos e condições do aumento de capital; (b) será fixado o prazo de até 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência; e (c) será convocada a reunião de sócias para aprovar a correspondente alteração do Contrato Social, a menos que a totalidade das sócias se pronuncie, nesse momento, com relação ao seu direito de preferência para subscrever novas quotas no correspondente aumento de capital. Nesta última hipótese, a alteração do Contrato Social será aprovada no mesmo ato.

**Parágrafo Único** - A reunião de sócias mencionada no item (c) acima será dispensada caso a totalidade das sócias assine a correspondente alteração do Contrato Social.

#### ADMINISTRAÇÃO

**Cláusula 8ª** - A Sociedade será administrada por uma ou mais pessoas físicas, residentes no Brasil, sócias ou não, sendo um o Diretor Presidente, um o Diretor Geral e os demais Diretores sem designação específica. Os Diretores serão designados pelas sócias conforme disposto no Parágrafo 1º desta Cláusula e estarão investidos de amplos poderes para administrar a Sociedade, bem como para praticar atos em seu nome, inclusive para usar a denominação social nos termos da lei, constituir procuradores na forma prevista abaixo e representá-la em todas e quaisquer circunstâncias, observadas as restrições abaixo.



Parágrafo 1º - Os Diretores serão designados pelas sócias representando 2/3 (dois terços) do capital social, se as quotas representativas deste estiverem totalmente Integralizadas. Caso as quotas representativas do capital social estiverem parcialmente Integralizadas, a designação dos Diretores será realizada mediante aprovação unânime das sócias.

Parágrafo 2º - Para gerir e administrar a Sociedade, observadas as restrições previstas abaixo, as sócias neste ato ratificam a designação para o cargo de Diretor Presidente o Sr. Rafael de Oliveira Garrido, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade RG nº 21.482.369-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 270.253.878-94, residente e domiciliado na Rua Fernandes Moreira, nº 1550, Bairro Chácara Santo Antônio, CEP 04.716-003, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Hollingsworth, Iporanga, nº 325, CEP 18087-105, na Cidade de Sorocaba, no Estado de São Paulo. Os cargos de Diretor Geral e Diretor sem designação específica permanecerão vagos.

Parágrafo 3º - Os Diretores não poderão praticar quaisquer dos seguintes atos sem a prévia autorização, por escrito, de sócias representando a maioria do capital social, autorização esta que poderá ser comprovada através de carta, fax ou e-mail:

- (i) nomear procuradores especiais para representar a Sociedade na prática dos atos ou atividades a seguir relacionadas por um período superior a 12 (doze) meses. As procurações para fins judiciais poderão ter prazo indeterminado e poderão ser outorgadas sem o consentimento das sócias;
- (ii) engajar-se em novos negócios não relacionados com as atividades existentes da Sociedade;
- (iii) abrir novas instalações operacionais, filiais ou outras que não sejam pontos de venda no mercado nacional;
- (iv) vender, onerar, ou adquirir participação em outros negócios ou sociedades, seja uma sociedade anônima, sociedade limitada, propriedade individual, ou outro empreendimento;
- (v) prestar garantias em empréstimos ou em outras obrigações de qualquer terceiro, seja pessoa física ou jurídica;
- (vi) emitir ou resgatar títulos da Sociedade;
- (vii) emprestar dinheiro (exceto à clientela da Sociedade no curso normal dos negócios), tomar dinheiro emprestado (exceto empréstimos junto às empresas do Grupo ou empréstimos garantidos por estas junto às Instituições Financeiras) ou alienar, emitir ou de outro modo negociar os títulos de dívida da Sociedade;
- (viii) comprar, vender, hipotecar ou de outro modo dispor ou onerar quaisquer bens da Sociedade com valor de mercado superior ao equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$50.000,00 (cinquenta mil Dólares dos Estados Unidos da América);
- (ix) assinar ou aditar quaisquer contratos de trabalho nos quais a remuneração total, incluindo todos os pagamentos devidos a título de bônus ou outros, mencionados no contrato ou não, seja superior ao equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$100.000,00 (cem mil Dólares dos Estados Unidos da América);



- (x) assinar quaisquer contratos ou acordos (inclusive contratos de locação, contratos de distribuição, contratos imobiliários, etc.), com valores superiores ao equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$50.000,00 (cinquenta mil Dólares dos Estados Unidos da América) ou com prazo de duração igual ou superior a 1 (um) ano. Esta regra não se aplica aos contratos de venda de produtos, bem como àqueles relacionados e necessários para execução desses contratos; e
- (xi) licenciar o uso ou de qualquer outro modo divulgar de qualquer forma a tecnologia, dados técnicos, "know-how" ou outras informações confidenciais, patenteadas ou não, conhecidas pela Sociedade.

**Parágrafo 4º** - Os Diretores poderão constituir procuradores com poderes específicos para a prática de atos que não os enumerados no Parágrafo 3º acima sem a necessidade de autorização prévia, desde que as procurações sejam outorgadas por períodos iguais ou inferiores a um ano. Procurações para fins judiciais poderão ter prazo indeterminado.

**Parágrafo 5º** - Todos os atos praticados pelos Diretores, para serem válidos e vincularem a Sociedade, deverão ser praticados: (i) isoladamente pelo Diretor Presidente; (ii) isoladamente pelo Diretor Geral; (iii) por 2 (dois) Diretores sem designação específica agindo em conjunto; (iv) por um Diretor sem designação específica agindo em conjunto com um procurador com poderes específicos; (v) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos; ou (vi) por um procurador, individualmente, somente na extensão dos poderes contidos no instrumento de mandato, ressalvado, entretanto, que tal representação se restringirá a prática de atos de rotina perante Repartições Privadas e Públicas, sejam Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, Órgãos da Administração Direta e Indireta, Secretaria da Fazenda, Secretarias dos Estados e dos Municípios, Departamentos, Representações, Carteira de Comércio Exterior, Ministério das Comunicações, da Fazenda, do Trabalho e respectivas Secretarias, Juntas Comerciais, em todo o Território Nacional, Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, qualquer Empresa Concessionária de Água, Luz, Gás, Telefone, TV a Cabo e Internet, Cartórios em geral, inclusive Tabeliães de Notas e Registro de Imóveis, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Conselhos Regionais de Engenharia, bem como a prática de todos os atos necessários para a participação da Sociedade em licitações públicas, não podendo, entretanto, assinar qualquer contrato em nome da Sociedade.

## REUNIÃO DE SÓCIAS

**Cláusula 9ª** - As deliberações das sócias serão tomadas em reunião, obedecendo às regras de convocação e *quorum* dispostas neste capítulo.

**Parágrafo Único** - A reunião será dispensada quando todas as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto de deliberação.

**Cláusula 10** - As seguintes matérias dependem da deliberação das sócias:



- I - a aprovação anual das contas da administração;
- II - a destituição e a forma de remuneração dos Diretores;
- III - a alteração do Contrato Social;
- IV - a incorporação, cisão, fusão, transformação e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- V - a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; e
- VI - a recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade, e o pedido de falência.

**Parágrafo Único** – As sócias decidirão, oportunamente, sobre a conveniência de realizar a reunião anual de sócias para tratar dos assuntos indicados no Artigo 1.078 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

**Cláusula 11** - As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas por um Diretor ou por sócias representando no mínimo 1/5 (um quinto) do capital social.

**Parágrafo 1º** - A convocação para a reunião de sócias será feita por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

**Parágrafo 2º** - As formalidades de convocação serão dispensadas quando todas as sócias comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

**Cláusula 12** - A reunião será instalada com a presença de sócias representando a maioria do capital social.

**Cláusula 13** - As deliberações das sócias serão tomadas pela maioria dos votos das sócias presentes na reunião, exceto com relação ao disposto na Cláusula 8ª, parágrafo 1º acima e nos casos previstos abaixo:

- I - nos casos previstos nos itens III e IV da Cláusula 10 acima, quando serão necessários votos correspondentes, no mínimo, a 3/4 (três quartos) do capital social; e
- II - nos casos previstos nos incisos II, e VI da Cláusula 10 acima, quando serão necessários votos correspondentes a mais de metade do capital social.

**Parágrafo Único** - As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todas as sócias, ainda que ausentes ou dissidentes.

#### CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

**Cláusula 14** – As sócias poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a sócia ou terceiro estranho à Sociedade, desde que não haja oposição de sócias representando mais de 1/4 (um quarto) do capital social. As sócias



que concordarem com a cessão e/ou transferência deverão assinar todos os documentos necessários à comprovação da cessão e/ou transferência das quotas, inclusive a alteração do presente Contrato Social.

**Cláusula 15** - Não obstante o disposto na Cláusula 14 acima, as quotas representativas do capital social somente poderão ser cedidas e/ou transferidas a terceiros após terem sido oferecidas às outras sócias, que terão o direito de preferência na aquisição das referidas quotas, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do aviso por escrito da sócia disposto a ceder e/ou transferir suas quotas. Decorrido este prazo sem o exercício do direito de preferência acima, a sócia disposta a ceder e/ou transferir suas quotas poderá fazê-lo a terceiros, desde que nos mesmos termos e nas mesmas condições oferecidas às outras sócias.

#### EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO

**Cláusula 16** - O exercício social, inclusive no ano de 2017, passa a ter início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de Dezembro. Os próximos exercícios sociais terão início no dia 1º de Janeiro e encerrar-se-ão em 31 de Dezembro. Data a partir da qual deverão ser levantados o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico. Os lucros apurados terão o destino que lhes for atribuído pelas sócias representando a maioria do capital social.

**Parágrafo 1º** - As sócias representando a maioria do capital social poderão deliberar pelo levantamento de balanços intermediários a qualquer tempo e distribuir lucros com base neles.

#### CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

**Cláusula 17** - Na hipótese de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação, retirada ou exclusão de qualquer sócia, as demais sócias terão o direito de preferência na aquisição das quotas da sócia falida, em recuperação judicial ou extrajudicial, dissolvida, liquidada, retirante ou excluída, podendo a Sociedade continuar seus negócios. O direito de preferência será exercido nos termos e condições previstas na Cláusula 15 acima.

#### LIQUIDAÇÃO

**Cláusula 18** - No caso de liquidação, serão observadas as disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo Único** - Durante a fase de liquidação, o liquidante poderá gravar de ônus reais os móveis e imóveis, contrair empréstimos e prosseguir nos negócios da Sociedade.

LEI APLICÁVEL



**Cláusula 19** - A Sociedade será regida pelas disposições da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 aplicáveis às sociedades empresárias limitadas e, supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores.

FORO

**Cláusula 20** - As controvérsias oriundas do presente Contrato Social serão resolvidas no foro da Comarca da Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja."

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor.


Sorocaba, 31 de Julho de 2017.

CHLORIDE GROUP LIMITED

  
p.p. Vinicius Machado

  
p.p. Rafael de Oliveira Garrido

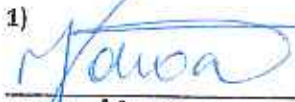
VERTIV HOLDINGS LIMITED

  
p.p. Vinicius Machado


  
p.p. Rafael de Oliveira Garrido

Testemunhas:

1)

  
Nome: **Marilia Gonçalves**  
CPF: **048.537.289-45**  
RG: **7856.960-3**

2)

  
Nome: **Alexandra Apolonia Neves**  
CPF: **356.726.208-41**  
RG: **43.774.749-9**

